



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 546161 - SP (2019/0344587-0)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : MATHEUS FLORIANO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : MATHEUS FLORIANO DE OLIVEIRA - SP234809  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, com pedido de liminar, impetrado em favor de **LEONARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na origem, constata-se condenação do paciente à pena de 4 anos e 8 meses de reclusão, a ser inicialmente cumprida em regime fechado, pela prática do crime do art. 157, § 1º, c/c art. 14, II, do Código Penal, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ, fls. 52-58).

Inconformada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao apelo defensivo (e-STJ, fls. 118-119).

Neste *writ*, sustenta o impetrante, em síntese, ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva (e-STJ, fls. 3-25).

Assevera que respondeu solto ao processo, fazendo jus a recorrer em liberdade (e-STJ, fl. 5). Destaca que "conceder liberdade ao requerente até o julgamento do recurso de apelação é medida que se ajusta perfeitamente ao caso em tela, não havendo, por conseguinte, razões para a manutenção da reclusão do mesmo, mesmo porque AGUARDOU EM LIBERDADE ATÉ O MOMENTO" (e-STJ, fl. 14).

Ao final, requer a concessão da ordem, liminarmente, "para conceder ao mesmo o benefício de aguardar em liberdade a decisão da apelação, mediante termo de comparecimento a todos os atos quando solicitado" (e-STJ, fl. 24).

**É o relatório.**

Decido.

A irresignação não merece guarida.

Inicialmente, a inicial deste *habeas corpus* reitera os argumentos e o pedido feito no **HC 511.838/SP**, cujo acórdão foi publicado em 01/07/2019. O voto restou assim fundamentado:

"[...]

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo de revisão criminal e de recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso dos autos, a segregação cautelar do paciente foi decretada na sentença pelos seguintes fundamentos:

"Verifico que o réu ostenta diversos processos referentes a outros delitos, inclusive cometidos após o julgado nesses autos, demonstrando que as condenações anteriores e o processo em

andamento não coíbem o ímpeto criminoso do réu, que continua a colocar em risco a ordem pública. Desta forma, presentes os requisitos legais, para assegurar a ordem pública e a aplicação da Lei Penal, DECRETO a prisão preventiva do réu. Expeça-se mandado de prisão".

Como se vê, a prisão preventiva foi devidamente fundamentada na necessidade de se resguardar a ordem pública, em face da periculosidade do paciente, pois inserido na senda criminosa, evidência que se denota pelas condenações e processo em curso, de modo que a medida se destina a evitar a reiteração delitiva.

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM SEDE DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. MULTIRREINCIDÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. DESPROPORCIONALIDADE ENTRE A SEGREGAÇÃO PREVENTIVA E PENA PROVÁVEL. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

2. Embora ao ora paciente tenha sido imputada a prática de crime cuja pena máxima não ultrapassa 4 anos, o que, nos termos do art. 313, I do CPP obstará a segregação cautelar, verificou-se que se trata de multirreincidente, o que demonstra o preenchimento do pressuposto previsto no art. 313, II, do CPP, sendo, portanto, admitida a custódia antecipada.

3. A prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada, com base em elementos concretos, a periculosidade do paciente, diante da sua propensão à contumácia delitiva, uma vez que é multirreincidente, ostentando condenações definitivas pela prática dos delitos de furtos simples e qualificados, roubo majorado, receptação e porte de arma de fogo, bem como de crimes contra o patrimônio e constantes na Lei de Drogas, recomendando-se a sua custódia cautelar especialmente para garantia da ordem pública.

4. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

5. Não há falar em desproporcionalidade entre o decreto prisional preventivo e eventual condenação, tendo em vista ser inadmissível, em habeas corpus, a antecipação da quantidade de pena que eventualmente poderá ser imposta, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado.

Ordem denegada." (HC 443.378/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 25/5/2018, grifou-se).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. RÉU REINCIDENTE EM CRIME DOLOSO, ALÉM RESPONDER A OUTRA AÇÃO PENAL. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. RECURSO IMPROVIDO.

1. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial

fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

2. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada por dados da vida pregressa do recorrente, notadamente por ser reincidente em crime doloso, além de responder a outra ação pela suposta prática dos crimes de furto e estelionato. Assim, fica evidenciado ser a prisão preventiva indispensável para conter a reiteração na prática de crimes e garantir a ordem pública.

3. Nos termos do art. 313, inciso III, do CPP, será admitida a prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência. Da mesma forma, o inciso II do art. 313 do Código de Processo Penal também permite a constrição cautelar do réu reincidente em crime doloso, como se verifica no presente caso.

4. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

5. Recurso improvido." (RHC 75.365/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 2/12/2016, grifou-se).

De mais a mais, "Conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2019).

Desse modo, não se verifica ilegalidade apta a justificar a concessão da ordem por esta Corte.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.  
É como voto."

Em que pese às impetrações voltarem-se contra acórdãos diferentes, esta contra o acórdão proferido na Apelação n. 0010458-41.2016.8.26.0576 e aquela em desfavor do HC 2077960-37.2019.8.26.0000, observa-se que possuem o mesmo pedido e causa de pedir.

Assim, entendo tratar-se este *habeas corpus* de mera reiteração do *habeas corpus* anteriormente manejado nesta Corte, o que é inadmissível, conforme a jurisprudência pacífica deste Tribunal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. REITERAÇÃO DO PLEITO FORMULADO NO HC N.º 481.921/DF. LITISPENDÊNCIA. INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O pedido formulado no HC n.º 483.855/DF é mera reiteração daquele veiculado no HC n.º 481.921/DF, pois há identidade de partes, de pedido e de causa de pedir, além de impugnarem ambos o mesmo acórdão e a mesma matéria 2. Não podem ser processados, nesta Corte, concomitantemente, *habeas corpus* nos quais se constata litispendência, instituto que se configura exatamente quando há igualdade de partes, de objeto e de causa de pedir.

3. Agravo Regimental desprovido.'

(AgRg no HC 483.855/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 19/02/2019)

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. REITERAÇÃO DE *HABEAS CORPUS*. IDENTIDADE DE PARTES, CAUSA DE PEDIR E PEDIDOS. NÃO CABIMENTO DE NOVA IMPETRAÇÃO. DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINARMENTE O *HABEAS CORPUS* MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Não se conhece de *habeas corpus* que deduz pretensão já apreciada e julgada em anterior impetração.

2. Hipótese em que a irresignação manifestada no presente *habeas corpus* tem por objeto as mesmas questões já debatidas por esta Corte no julgamento do HC n. 451.646/SP, impetrado em favor do mesmo paciente, oportunidade em que o Superior Tribunal de Justiça emitiu juízo sobre a legalidade dos fundamentos exarados pelo Tribunal local para não aplicar o redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, para refutar a tese de ocorrência de bis in idem na primeira e terceira fases da dosimetria e para manter o regime prisional mais gravoso, prejudicadas as demais teses.

3. Cabe consignar, por oportuno, ser irrelevante a perspectiva de que o Tribunal a quo teria incorrido em *reformatio in pejus*, porquanto esta Corte já emitiu juízo acerca da legalidade da motivação apresentada pela Corte local para refutar as teses recursais e, diante do efeito devolutivo dos recursos, é possível a cognição de toda a matéria pelo Tribunal de origem em sede de apelação, bem como a adoção de fundamentos diversos da sentença, desde que não seja agravada a situação fático-processual do réu no recurso exclusivo da defesa (HC 416.800/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 09/04/2018).

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 469.249/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

Ante o exposto, **indefiro liminarmente este *habeas corpus***, nos termos do art. 210 do RTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator